



# As ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas jurídicas no Sudeste do Brasil

The actions of the information management librarian in legal libraries from Southeast Brazil

Daniel dos Santos Rangel, Universidade Federal do Espírito Santo –  
danielmilton-rangel@hotmail.com

Carla Erler Mattos Batista, Universidade Federal do Espírito Santo - cemat2@hotmail.com

Eixo 13 - VII Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas

## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma das áreas que estão em processo de desenvolvimento e transformação na sociedade atual e a grande geradora disso é a informação. De acordo com Valentim (2004) a Biblioteconomia atua na disseminação, compartilhamento da informação e do conhecimento na sociedade e na valorização dos mesmos para os usuários.

Com os avanços das tecnologias e com o desenvolvimento de novos conhecimentos, surgiu um fluxo informacional que como conceitua Valentim (2004) a informação é essencial para aumento da relevância das atividades da Biblioteconomia na sociedade atual, pois é ela que movimenta e estimula a criação de novos conhecimentos que podem no futuro serem novas informações.

Considerando o tema da pesquisa e o problema levantado, o objetivo geral desse estudo é: **Analisar as ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas Jurídicas no sudeste do Brasil.**

Realizamos esse estudo para descobrir quais são as ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas jurídicas, suas ações nos processos de seleção, aquisição, tratamento, disseminação e descarte da informação nessas unidades, com o objetivo de contribuir na divulgação de uma área da biblioteconomia muito pouco explorada, as unidades de informação jurídicas, e conhecer a atuação do bibliotecário gestor da informação especializada na área jurídica.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de gestão é muito importante para o desenvolvimento da organização em todas as áreas que ela está inserida e de acordo com Alves e Oliveira (2016, p.72) gestão é o “[...] processo que visa atingir os objetivos e as metas de uma organização, de forma eficiente e eficaz, através de fatores como organização, planejamento, liderança e controle dos recursos disponíveis”.

Com isso as organizações têm todos os elementos para a prática de gerência por todas as áreas da empresa. Essa gerência pode ocorrer tanto em relação às pessoas, um processo chamado de gestão de pessoas, quanto em relação à informação, processo denominado de gestão da informação.

A gestão da informação é um processo muito importante para a seleção e organização, disseminação e uso da informação, no contexto organizacional e principalmente no empresarial. Silva e Tómael (2007, p.1) ressaltam que o processo de gestão da informação “[...] é responsável por gerir tanto os recursos internos quanto os externos à organização”.

Com o desenvolvimento da gestão da informação nas organizações, se cria um tipo de fluxo onde a informação percorre por toda a organização desde sua chegada e até a sua saída, seja pelo seu uso ou pelo seu descarte. Esse fluxo é chamado de fluxo de informação ou fluxo informacional.

O processo de fluxo da informação segundo Beal (2012) percorre por todos os setores da organização e passa por etapas desde quando a informação chega na organização até a sua saída. As etapas do processo do fluxo de informação são: Identificação de necessidade e requisitos, Obtenção, Tratamento, Distribuição, Uso, Armazenamento e Descarte.

Para todo esse processo de fluxo informacional, e principalmente nos tempos atuais, é necessário o uso do software e repositórios digitais. De acordo com Camarda (2021) os softwares são serviços ou infraestruturas digitais que realizam tarefas ou ações em computadores ou ambientes digitais ou virtuais. Para que os softwares tenham uma ação mais efetiva na gestão das informações é muito importante os repositórios digitais que de acordo com Santos e Flores (2015) são locais que armazenam e preservação de informação digital onde o usuário pode



ter acesso as mais variadas fontes de informação com total acesso e confiabilidade.

A gestão da informação lida com todo o tipo de informação que precisa ser gerenciada pela organização e essa informação é organizada e disseminada para vários tipos de objetivos e finalidades, bem como para usuários específicos, e na área jurídica não é diferente.

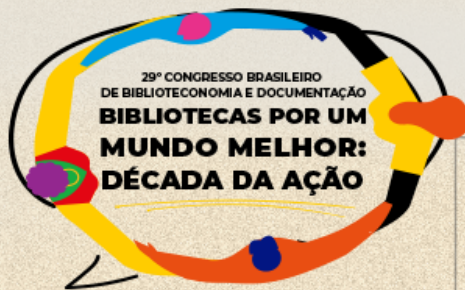
Vieira (2014) explica que a documentação jurídica é dividida em Direito Público e Privado e, por conseguinte se subdividem em Normas, Atos e Hierarquia dos Atos.

Vieira (2014) explica que a documentação jurídica é dividida em Direito Público e Privado e, por conseguinte se subdividem em Normas, Atos e Hierarquia dos Atos. As **Normas Jurídicas** são divididas de forma hierárquica em Normas constitucionais que é o grau mais alto das normas; em Normas complementares que faz regulamentação das normas constitucionais; em Normas ordinárias que são feitas pelo Poder Legislativo; em Normas regulamentares que são os decretos e portarias e em Normas individuais que são as normas do Direito para condutas sociais dos indivíduos na sociedade.

Os Atos como aborda Vieira (2014) são um sistema de condutas e normas que devem ser obedecidas, sejam eles: Normativos, constituídos de uma regra geral e abstrata de conduta; Administrativos, que focam na administração pública e Legislativa, que elabora Lei Complementar, Lei Ordinária, Lei Delegada e Decretos-lei.

E por fim Vieira (2014) lista os Atos jurídicos que possuem uma Hierarquia que são: “Constituição Federal; Emenda Constitucional; Lei Complementar; Lei Ordinária; Decreto-lei; Medida Provisória; Decretos: Decretos-Executivo, Decreto Reservado, Decreto Secreto, Decreto sem Número; Resolução; Código; Consolidação; Estatuto; Regulamentos; Regimentos; Projeto de Lei; Emenda do Projeto de Lei; Submenda; Veto; Exposição de Motivos; Ato Internacional; Portaria; Ordem Interna; Ordem de Serviço; Parecer Normativo; Circular; Deliberação; Edital”.

A informação chega à organização em forma de dado e com a necessidade de tratamento, armazenamento e de ser atualizada a todo instante. Com base nisso, o profissional bibliotecário se insere nesse processo de trabalho e ele tem a responsabilidade de ser o elo entre o usuário e a informação.



Com essa atividade gerencial do bibliotecário, Longo (2014) explica que o mercado de trabalho mudou bastante com os avanços tecnológicos, com isso se faz necessário que os profissionais sejam cada vez mais qualificados e multifuncionais na organização. Assim sendo, o profissional precisa ser um agente flexível em suas decisões, ter criatividade, ter motivação, ser inovador, criar novos conhecimentos e desenvolver relações interpessoais.

De acordo com Alves e Oliveira (2016) as características do bibliotecário como gestor é contribuir com as noções de administrar a unidade de informação, planejar as ações realizadas na biblioteca, organizar a informação e manter o controle da mesma realizando o processo de gerenciamento da informação.

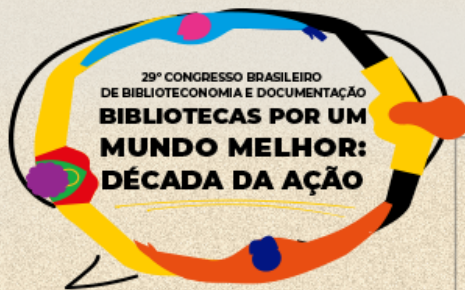
O bibliotecário gestor da informação é aquele que tem a missão de gerir a informação na instituição onde trabalha e com o avanço das novas tecnologias, a informação se mostra um produto de muito valor nessa era da informação e “[...] com a evolução da biblioteca, o profissional da informação é um mediador entre o usuário e a informação” (MARQUETIS, 2014, p.98) e esse trabalho é fundamental na unidade de informação.

O bibliotecário jurídico é aquele profissional que lida em sua unidade de informação ou trabalha na organização com um acervo de cunho jurídico como leis, decretos e medidas provisórias. “Torna-se essencial ao bibliotecário jurídico elaborar sistemas de gerenciamento do conhecimento jurídico, não apenas a organização de seus acervos” (VIEIRA, 2014, p.277). Esses sistemas são essenciais para o desenvolvimento do seu trabalho com gestor da informação jurídica.

### **3 MÉTODO DA PESQUISA**

A presente pesquisa quanto à finalidade é de característica descritiva, pois a pesquisa tem como objetivo descrever um fenômeno ou uma situação. De acordo com Barros e Leheld (2000) a pesquisa descritiva busca conhecer a periodicidade de um fenômeno para descobrir suas causas, características e relações.

Com base nesses fatos, a pesquisa quanto a sua natureza tem uma abordagem qualitativa que segundo Creswell (2010) tem característica de interpretar dados de pesquisa para desenvolver uma descrição sobre determinado



cenário ou uma pessoa, analisar os dados obtidos para constatar temas ou categorias e fazer uma interpretação para a elaboração de uma conclusão, identificando o significado de um fenômeno e responder as perguntas que foram feitas.

A pesquisa quanto ao seu tipo se caracteriza como uma pesquisa survey e como explica Salomon (2010) a pesquisa de característica survey é um tipo de estudo de conjuntos, onde se colhem um grande número de dados em vários casos ou situações para tirar conclusões ou saber sobre algum tipo de fenômeno.

Além do levantamento bibliográfico, também foi utilizado um questionário para coleta de dados. O questionário da pesquisa foi composto por perguntas fechadas com respostas de múltipla escolha e por perguntas abertas cujas respostas ficam a critério de cada entrevistado.

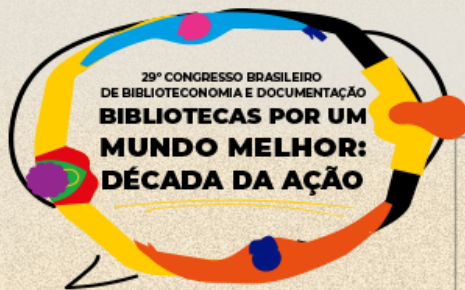
Antes do envio do questionário foi enviada uma mensagem para o e-mail ou nos sites de instituições jurídicas da região sudeste do Brasil que foram alvos do nosso estudo, para identificarmos as bibliotecas que possuem bibliotecários gestores de informações jurídicas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base nas 15 respostas que obtivemos, apuramos que a maioria dos bibliotecários entrevistados trabalham em instituições públicas, e podemos concluir que o perfil da maioria dos profissionais bibliotecários gestores em bibliotecas jurídicas são do sexo feminino, tem uma média de idade acima dos 50 anos, atuam na profissão de 16 a 30 anos, atuam como gestores da informação há mais de 10 anos e com o mesmo tempo estão na área jurídica. Por fim, a maioria tem pós-graduação completa e metade deles possuem uma segunda graduação.

Aos bibliotecários entrevistados foi perguntado sobre quais são os tipos de usuários mais comuns em suas unidades jurídicas. A grande maioria respondeu que grande parte dos usuários são alunos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado da própria instituição ou de faculdades de direito; além de servidores da própria instituição.

Também foi perguntado, quais são os tipos de materiais do acervo, mais comuns em sua unidade de informação. De acordo com as respostas, a



maioria das unidades de informação jurídica respondeu que o material que está sempre presente são os livros ligados à área jurídica. Responderam também que em seus acervos são comuns periódicos ou revistas, dicionários e documentos como leis e decretos impressos de característica jurídica. Alguns desses materiais estão em sua maioria em formato eletrônico ou em bases de dados.

Em seguida foi perguntado se a unidade de informação possui alguma base de dados para o armazenamento dos conteúdos que recebe. Das 15 bibliotecas entrevistadas, apenas uma não possui base de dados.

As unidades de informação se diversificam em relação às bases de dados utilizadas. Esse fato nos mostra que na área jurídica tem um número bem grande de base de dados, e que com os avanços da tecnologia os materiais jurídicos estão cada vez mais em ambientes digitais.

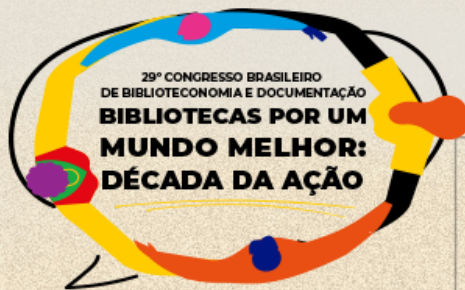
Em relação a base de dados, a área jurídica tem uma grande diversidade como: biblioteca Proview da editora Revista dos Tribunais; JusPlenum Coporativo, Revistas dos Tribunais, Base de dados Supremo Tribunal da Justiça, LexisNexis, Datalegis, ALEPH500, Winisis, Revista dos Tribunais online e LEG. Todos esses são os principais bases de dados coletados na pesquisa.

O processo de aquisição ou obtenção e seleção da informação é feito em grande parte das instituições por doação e pelas solicitações feitas pelos usuários da unidade de informação.

O processo de catalogação é feito na maioria das unidades de informação pelo sistema Pergamum com uso do formato MARC 21. Mas em algumas instituições jurídicas, outras plataformas são usadas para catalogação como o Sistema PHL (Personal Home Library).

Já o processo de classificação é feito na maior parte das bibliotecas por sistemas como Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU). Além da CDD e CDU, algumas instituições usam o sistema de Classificação Decimal de Direito (Dóris de Queiroz), que é específico da área do Direito e as tabelas para autor de Cutter e PHA (Prado, Heloisa de Almeida). Os materiais classificados nas bibliotecas entrevistadas, são em sua maioria livros e documentos jurídicos e em algumas não há uma classificação de periódicos.

A maioria das instituições entrevistadas realiza a disseminação



da informação em meio eletrônicos, base de dados e portais online. Algumas disseminam pelas suas próprias plataformas de comunicação como em sites, sistemas de gestão de acervos, relatórios online e boletins diários online que são disponibilizados em intervalos de tempo para o usuário.

Sobre descarte, algumas unidades descartam quanto há mudanças nas leis; baixa demanda; materiais desatualizados; a partir de uma pesquisa de circulação da obra na última década; análise do estado de conservação do material; mudança no espaço da biblioteca que levam a necessidade de diminuir o acervo; livros que já estão digitalizados; que tenham duplicidade; materiais que não são da área jurídica ou que estejam danificados. Para a realização do descarte, as unidades objeto do estudo se diversificam em suas formas, pois cada uma tem um método próprio para realizar esse processo.

Baseando-se nas respostas, concluímos que o processo de disseminação ou distribuição da informação é muito importante para a organização para que ela se comunique de forma eficiente com o seu usuário.

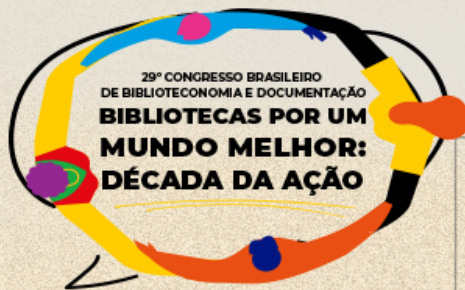
E ainda, que as atividades de gestão da informação nas bibliotecas que foram base de nosso estudo, a maioria das instituições estão em dia com as atividades de seleção, aquisição, tratamento, disseminação e descarte da informação. Poucas ainda não possuem algumas das atividades e outras ainda precisam desenvolvê-las melhor.

Também foi perguntado sobre a importância da gestão da informação e as competências do bibliotecário gestor.

As respostas a primeira pergunta foram bem diversificadas, mas a grande maioria destacou que a gestão da informação é fundamental para disponibilizar a informação para o usuário através das técnicas de organizar e recuperar a informação.

A gestão da informação é importantíssima no acompanhamento das mudanças constantes da área jurídica, visto que documentos jurídicos se atualizam a todo o momento e ter uma gestão eficiente, auxilia no oferecimento da informação ao usuário ou no descarte da mesma.

Com base nas respostas dos bibliotecários na segunda pergunta, podemos concluir que é bastante variado o número de competências que o gestor da informação jurídica deve ter. Em alguns casos, os entrevistados falaram sobre estar atento às notícias do Brasil e do mundo, e ser um profissional multifacetado, ou



seja, aquele que saiba ser um **administrador, catalogador e pesquisador** são competências importante do gestor da informação.

Além do bibliotecário ser um administrador, catalogador e pesquisador, ele como bibliotecário jurídico com um arquiteto da informação que segundo Brandão (2020) é um profissional que tem a competência de analisar e verificar as informações e estruturas digitais, fazendo a ligação do usuário com a informação requisitada pelo mesmo.

Como arquiteto da informação ele pode ser o agente dinamização do fluxo informacional dentro de bases de dados jurídica e ter a autonomia de ser um agente construtor e facilitador da informação.

De acordo com as respostas colhidas, podemos concluir que as atividades de gestão da informação nas bibliotecas que foram base de nosso estudo, a maioria das instituições estão em dia com as atividades de seleção, aquisição, tratamento, disseminação e descarte da informação. Poucas ainda não possuem algumas das atividades e outras ainda precisam desenvolvê-las melhor.

Por fim o que nos chamou a atenção é que os avanços da tecnologia estão influenciando muito o trabalho dos bibliotecários e se torna um grande aliado para o desenvolvimento da gestão da informação jurídica e isso reforça o conceito de Loureiro (2005) que relata a importância do bibliotecário jurídico saber lidar e conhecer as mais variadas bases de dados e meios eletrônicos para a melhor disseminação da informação jurídica para os usuários da biblioteca.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar as ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas jurídicas no sudeste do Brasil, ao investigar quais ações são desenvolvidas na gestão da informação jurídica.

Com relação ao objetivo principal da pesquisa, as respostas que obtivemos por parte dos profissionais bibliotecários entrevistados, atenderam a nossa expectativa, visto que conseguimos perceber através dos dados que as ações de gerenciamento da informação são fundamentais para a mediação ao usuário, ou seja, para que ele tenha atendida sua necessidade informacional da melhor





forma possível e no tempo desejado.

Com as informações analisadas, podemos concluir que as instituições jurídicas que foram à base da nossa pesquisa, estão se desenvolvendo e contribuindo para que a gestão da informação jurídica seja realizada considerando a realidade da área do Direito e do seu usuário.

A partir das análises, podemos recomendar para futuras pesquisas, um estudo sobre as ações do bibliotecário gestor em bibliotecas jurídicas no Brasil como um todo, ou seja, em cada região do território brasileiro, o que pode nos dar uma dimensão maior de como é a ação dos profissionais bibliotecários brasileiros quanto a gestão da informação jurídica. Ainda outros estudos sobre a falta de processos de disseminação da informação em unidades de informação jurídicas, pois algumas ainda não realizam o processo e por fim um estudo sobre a falta de políticas de descarte de materiais e de Base de dados para unidades de informação na área jurídica.

De maneira geral, as bibliotecas pesquisadas tiveram um bom retorno no que tange o desenvolvimento da gestão da informação, principalmente com relação ao usuário, que com a variedade de bases de dados e informações disponíveis. Mesmo ainda tendo um longo caminho pela frente, a gestão da informação jurídica se faz necessária, pois a demanda da área jurídicas e a constante atualização exige um alto desenvolvimento nas competências informacionais.

Assim, podemos concluir, que a gestão da informação tem uma importância muito significativa para os processos de seleção, aquisição, tratamento, armazenamento, disseminação e descarte da informação. Esses processos ajudam os profissionais bibliotecários a terem um controle da informação em suas bibliotecas e possibilitam o acesso ao público. Na área jurídica, a gestão da informação é fundamental, considerando as exigências e as constantes atualizações de leis, estatutos e documentos de cunho jurídico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Mácia Valéria; OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno. **Gestão de unidades de informação: o bibliotecário como gestor e líder**. Bibliocanto, Natal, v. 2, n.1, 2016,70–82p.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. ampl. -. São Paulo: Makron Books,



2000. xvi, 122 p.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012. 137p.

BRANDÃO, Cassiano. **O Bibliotecário como arquiteto da informação**: Habilidades correlacionadas encontradas em ambos profissionais que são ensinadas durante a graduação de biblioteconomia, em universidades da região sul do Brasil. Santa Catarina: Universidade Federal Santa Catarina. 2020. 58p.

CAMARDA, Bruno. **O que é software ? entenda o conceito, como funciona e os seus 6 tipos**. 2021. Disponível em: <https://www.take.net/blog/tecnologia/software/>.

CRESWELL, John Willian. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LONGO, Rose. A importância do conhecimento e do profissional da informação para a estratégia corporativa num contexto de complexidade. In: SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 153-172p.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Campo Grande: Infolegis, 2005, 7 p.

MARQUETIS, Eliana Marciela. Competência em Informação: Identificação das competências do bibliotecário enquanto gestor da informação sob a ótica do usuário. In: SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 89-116p.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, 9-28 p.

SANTOS, Henrique Machado dos. FLORES, Daniel. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos**: ponderações sobre a preservação em longo prazo. Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2010. 425 p.

SILVA, Terezinha Elisabeth da.; TOMAÉL, Maria Inês. **A gestão da informação nas organizações**: Londrina, v. 12, n. 2, 2007.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e conhecimento. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004, 154-176 p.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. xxi, 305 p.